

ATENDIMENTO À CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ANÁLISE DOCUMENTAL PRELIMINAR

Ana Cristina Silva Soares (autora)

Docente do Curso Pedagogia, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Ceará, acsilvasoares@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo principal compreender a inclusão, diagnóstico e (des)medicamentação em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e entre os atores sociais - usuários e suas famílias, que frequentam o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), um espaço não escolar.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) V (2014), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) refere-se a um transtorno que se manifesta das seguintes características: prejuízo de interação social, problemas de comunicação e atividades e interesses repetitivos, estereotipados e limitados (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Para Whitman (2015) o processo de avaliação começa determinando se a criança tem ou não algum tipo de transtorno do desenvolvimento; por exemplo, após o estabelecimento de um diagnóstico, outros procedimentos de avaliação são necessários para se definir o perfil de aspectos positivos e limitações da criança; como ajuda na comunicação entre profissionais e pais. A perspectiva científica, um diagnóstico é essencial para a condução de estudos. A pergunta de pesquisa: que evidências surgem através dos signos e significados nas experiências vivenciadas por crianças com transtornos do espectro autista no CAPS?

O CAPS geralmente oferece acolhimento diurno e, quando possível e necessário, noturno. Devem ter um ambiente terapêutico e acolhedor, que possa incluir pessoas em situação de crise, muito desestruturadas e que não consigam, naquele momento, acompanhar as atividades organizadas da unidade. Um dos objetivos do CAPS é atender aos transtornos psíquicos graves e evitar as internações. Sendo previsto atividades para os usuários (crianças, adolescentes e adultos), do tipo individual ou em grupo, que outras sejam destinadas às famílias destes usuários, ou, até mesmo, que sejam comunitárias. (BRASIL, 2004, p.17). Nesse sentido, o nosso foco será a criança

com diagnóstico de transtorno mental e família, que devem ser incluídas nas ações intersetoriais entre saúde e educação.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa. O trabalho foi desenvolvido através de levantamento bibliográfico e análise do campo para compreensão do problema de pesquisa, no município de Sobral – CE. Para isto, análise documental dos seguintes documentos: “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) e "Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista" (BRASIL, 2014).

A análise e a interpretação dos resultados da pesquisa serão realizadas por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Esse procedimento de análise pode ser entendido como um conjunto de técnicas, com o objetivo de compreender o sentido das mensagens produzidas no contexto pesquisado.

Este trabalho é um recorte definido a partir do projeto¹ de pesquisa intitulada por “Práticas educativas construídas a partir do sistema de signos, significados e ações em crianças com transtornos mentais”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Estudo sobre acessibilidade, deficiências, formação de professor e educação inclusiva – GEPADep, vinculado ao curso de pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante, ressaltar que os estudos são preliminares, ainda requer mais aprofundamentos empíricos e teóricos. No entanto, para compreender as práticas educativas para inclusão, diagnóstico e (des)medicamentação e atenção psicossocial em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), observou-se os objetivos dos documentos oficiais:

Na “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” define-se público-alvo da educação especial, alunos com os seguintes quadros e características: Deficiência: possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD): apresentam alterações no desenvolvimento

¹ Projeto aprovado pela agência de fomento Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Ceará – FUNCAP.

neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, tais como nos casos de Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicoses) e Transtornos Invasivos Sem Outra Especificação; Altas Habilidades/Superdotação: demonstram potencial elevado e grande envolvimento, de forma isolada ou combinada, nas áreas de liderança, psicomotora, artes, criatividade e intelectual (BRASIL, 2008, p. 10).

As determinações dessa Política orientam os sistemas de ensino no sentido de se garantir o acesso à escola comum, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de escolaridade. Trata da transversalidade da modalidade da educação especial desde a educação infantil até à educação superior. A política possui ações oferecidas pela Educação Especial, tais como: oferta e instituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE); formação de professores e demais profissionais da educação para o AEE; estímulo à participação da família e da comunidade na escola; ações de acessibilidade arquitetônica; acesso a escola com apoio de programa de transporte, acessibilidade de mobiliários, comunicações e informação; além da articulação intersetorial para a implementação de políticas públicas (BRASIL, 2008, p.9).

Nas “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (BRASIL, 2014) tem o objetivo de “[...] oferecer orientações às equipes multiprofissionais dos pontos de atenção da Rede SUS para o cuidado à saúde da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA) e de sua família nos diferentes pontos de atenção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência” (BRASIL, 2012; 2014, p.7).

Ambos os documentos contemplam, de maneira geral apoio a criança com TEA, no entanto, não se cria elemento para o desenvolvimento de bases sólidas de estudos e evidências empíricas, por exemplo, na questão do diagnóstico do TEA nos anos iniciais da escolarização. Neste sentido, essa pesquisa vai continuar na compreensão de sobre inclusão, diagnóstico e (des)medicamentação em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos nessa reflexão que a investigação da temática, principalmente, a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008, define o público-alvo da educação especial, os alunos com quadros e características e nas “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, de 2014. Compreende a busca da

implantação de políticas educacionais e de saúde específicas para o diagnóstico, tratamento e atendimento educacional para crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**; 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 948/2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei de nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996 refere-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015